

A nova farsa do triplex

ENTREVISTA Guilherme Boulos rebate “a perseguição política” da Justiça e o processo “sem pé nem cabeça” do Ministério Público Federal

A SERGIO LIRIO

O leitor deveria ser brindado nesta edição com mais uma coluna de Guilherme Boulos. *CartaCapital* achou melhor, no entanto, ouvir o colonista a respeito da extravagante decisão da juíza Lisa Taubemblatt, da 6ª Vara Federal de Santos, de aceitar a denúncia do Ministério Público e torná-lo réu no inquérito que investiga a ocupação do MTST, em 2018, do famoso triplex do Guarujá atribuído a Lula. É um despacho espantoso, baseado em um artigo do Código Penal inaplicável na circunstância, como se verá nas respostas claras e diretas do presidenciável. Uma “excrescência jurídica”, resume, “uma perseguição política” típica do espírito lavajatista que contamina o Judiciário brasileiro. Com a palavra, Guilherme Boulos.

CartaCapital: O que dizer dessa decisão da juíza Lisa Taubemblatt de torná-lo réu pela ocupação do triplex no Guarujá?

Guilherme Boulos: Recebi a notícia com um misto de perplexidade e descrença. É uma excrescência jurídica, peça de perseguição política. A denúncia do Ministério Público é um disparate completo. Os procuradores propuseram em mais

de uma ocasião um acordo. Não aceitei nem vou aceitar. Propuseram uma transação antes de enviar a denúncia.

CC: Que tipo de transação?

GB: Não lembro os termos, mas eles encerrariam o processo se eu fizesse uma declaração pública. Eles recorreram a um artigo do Código Penal sobre danificar bens próprios sob guarda de terceiro. Queriam, em primeiro lugar, atingir Lula, que chegou a ser indiciado no primeiro momento. Segundo a tese do Ministério Público, Lula teria estimulado a mim e ao MTST a ocupar o apartamento. Portanto, teria danificado coisa própria em posse da Justiça. A Justiça não aceitou a denúncia, tirou o ex-presidente da ação, e mesmo assim eles mantiveram a acusação dos demais com base nesse artigo. Ou seja, os procuradores insinuam que o triplex é meu e de outros dois militantes do MTST acusados. É uma selvageria jurídica, um escândalo, sem parâmetro.

CC: Você tornou-se réu, apesar de não participar da ação.

GB: Este é outro ponto. Eu era pré-candidato à Presidência da República e, naquele dia, participava de uma reunião com minha equipe de campanha, integrantes do PSOL e outras lideranças políticas e sociais. Comprovei isso à Justiça. Por fim, não há nenhum fundamento para indiciar ninguém. Tratou-se de uma manifestação, política e simbólica, para denunciar a prisão arbitrária do Lula. Não houve danos no apartamento.

CC: O que, na sua visão, motiva esse processo?

GB: Fui candidato a prefeito em São Paulo, cheguei ao segundo turno, tive mais de 2 milhões de votos. Não me parece por acaso. A manifestação ocorreu há quase três anos, mas a denúncia do Ministério Público foi aceita três meses antes das eleições municipais. O espírito lavajatista contaminou o Judiciário. A operação, em si, acabou e caminha para ser totalmente desmoralizada, mas o lavajatismo permanece vivo. Não foi enterrado o uso descarado da perseguição política e da seletividade, com decisões que atropelam as garantias constitucionais.

CC: Como superar o lavajatismo?

GB: Para se superar um dano, é preciso reparação. Por que temos o racismo estrutural? Porque nunca houve a superação completa da escravidão. Por que viceja o autoritarismo, a defesa da tortura e da ditadura? Porque ninguém pagou pelos crimes do regime militar. Quando não se cicatrizam as feridas, quando crimes permanecem impunes, fica o convite para que eles se repitam. É importante e simbólico que quem usou a Justiça para cometer ilegalidades e praticar perseguição política, a um



Pela denúncia, ele seria dono do apartamento no Guarujá



A manifestação em 2018, agora criminalizada

preço altíssimo para o País, social e economicamente, tem de responder criminalmente pelos seus atos.

CC: O apoio à Lava Jato, segundo as pesquisas, continua altíssimo. Mais de 70% acreditam que a operação fez bem ao País, apesar das revelações dos crimes contra o direito dos acusados e da destruição da economia. O que explica essa adesão?

GB: A Lava Jato veio acompanhada de um esquema de propaganda e de apoio quase uníssono na mídia. Todos os dias, durante cinco anos, jornais, tevês e rádios compuseram uma ode à operação. O juiz e os procuradores foram tratados como heróis nacionais e a Lava Jato apresentada como uma oportunidade de redenção. A campanha aprofundou o sentimento de negação da política e levou à eleição de Jair Bolsonaro. Mudar a percepção do público não vai acontecer de uma hora para outra, até pelo fato de as provas dos excessos da operação não receberem nos meios de comunicação nem um décimo da cobertura dada à força-tarefa e a Sergio Moro desde 2014. A Lava Jato, claro, também

teve eco por conta do legítimo desejo da população de ver a corrupção combatida. Quando empresários, que pareciam intocáveis, foram presos, gerou-se um sentimento positivo de que ninguém está acima da lei. O problema é que esse sentimento foi manipulado de maneira vergonhosa. O combate à corrupção é necessário, ela é um mal do sistema brasileiro, a apropriação do público pelo privado. É uma das formas que as grandes corporações sequestram a democracia.

CC: O lavajatismo continuará a ser uma força política nas eleições de 2022?

GB: Não acho. Para mim, 2022 será totalmente diferente de 2018. Não nos guiaremos mais pelo eixo da antipolítica. Um

desafio do campo progressista é conseguir pautar os temas realmente importantes: a desigualdade, o aumento da miséria e da fome, o desemprego. Bolsonaro vai querer falar do *kit gay*. Alguém vai tentar herdar o lavajatismo, o que não é novo no Brasil. Não podemos permitir. A Lava Jato é filhote do udenismo. Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek também enfrentaram denúncias de corrupção, em moldes semelhantes. A utilização do legítimo combate à corrupção com finalidade política por grupos em geral corruptos, sem nenhum interesse verdadeiro no combate aos desmandos, infelizmente faz parte da tradição política brasileira.

CC: Como pretende enfrentar esse processo do tríplex?

GB: Meus advogados vão recorrer e espero francamente que esse assunto seja encerrado. A denúncia não para em pé. É evidente que a ação visa me intimidar. Eles sabem que o projeto representado por mim tem crescido, sobretudo na juventude, engajado mais gente, renovado a esperança na política. Mas não vão conseguir me tirar do foco. •

“É uma selvageria política, uma excrescência”, defende-se

